

Formas de expressão de medo e confiança da justiça pelos imigrantes de Leste em Lisboa

Rita Penedo

Num mundo globalizado de velocidade e de alcances inimagináveis mas igualmente de incertezas e do agravamento das tensões locais, vários teóricos, entre os quais Anthony Giddens, trabalham para reformularem os paradigmas tradicionais de construção de *Identidade*. Atendendo a que a nova representação da ordem social de uma modernidade referida pelo autor como tardia é analisada na sua sujeição a um vasto espectro *espacial e temporal*¹, reflectida no seio de rupturas institucionais e na reflexividade do conhecimento, os mecanismos que jogam na construção de identidades são, inevitavelmente, afectados. Tal significa que as procuras identitárias no seio da modernidade tanto sofrem as consequências da incerteza como beneficiam pelas possibilidades que a mesma proporciona.

O novo paradigma encontrar-se-á na interrogação de como relacionar identidade com os resultados do processo de globalização, pressupondo de antemão que essa articulação sustenta em si mesma, tensões e conflitos. Devemos por isso ter em atenção que a representação social de identidade não surge fora do contexto e lógica deste processo, na medida em que a sua afirmação, defesa ou contestação² são componentes integrais da própria ontologia da globalização, que causando fragmentações, desencadeiam simultaneamente inúmeras tentativas de recomposição. Se as novas identidades emergem dos efeitos do fim da tradição, elas reagem, numa tentativa de resincronização aos efeitos desestruturadores da globalização, buscando as raízes no passado, na idealização do presente ou ainda nas expectativas lançadas para o futuro – ideia de colonização giddeana - como forma de neutralizar, pela confiança, o sentimento de medo diante da incerteza, instabilidade e permanente redefinição e mutação das regras, cenários e pessoas.

É pela reflexividade, com base em fluxos constantes de informação, conhecimentos, que o sujeito elabora estratégias pé-pensadas, planeadas, revistas e projectadas, para a sua actuação e para a sua relação com os outros, numa tentativa de compensar a perda de estabilidade, encetando uma luta no intuito de restaurar a durabilidade dos arranjos sociais, na confiabilidade das relações entre as pessoas e destas com as instituições.

Nesta nova lógica, a construção identitária encontra-se combinada a novas ênfases, onde a narrativa biográfica é constantemente revista – ideia de Projecto reflexivo do Self – numa confrontação com a sua própria historicidade e com as relações com o outro, compelindo a uma reorganização psíquica que faça a ligação entre a mudança social e a pessoal, minimizando o medo, ajustando-se às contingências, surgindo um novo relacionamento com o risco, como refere Beck (BECK, 1992) racionalmente controlados ou produzidos, monitorizados e em si

¹ As análises sociais baseadas na noção paradigmática de Tempo e Espaço nem sempre foram bem recebidas no pensamento sociológico. Muitas das vezes são meros apêndices conceptuais. Contudo, separadas ou juntas, elementos da natureza ou construções sociais e proxémias (noção de Edward T. Hall, *A Dimensão Oculta*, 1986, Relógio D'Água e *A Linguagem Silenciosa*, 1994, Relógio D'Água), as perspectivas espacio-temporais edificam conceptualizações de diversas ordens, com focus explicativos específicos bastante interessantes. Convém assim lembrar alguns autores que os destacaram na sua análise social, entre os quais Weber, Simmel, Bourdieu e inevitavelmente Norbert Elias (*Time: An Essay*, 1992, Blackwell)

² Recordemo-nos por exemplo, dos movimentos estudantis, feministas, Gay, até aos mais radicais como os Panteras Negras durante as décadas de 60 a 90. Na base de todos eles encontramos a ideia do direito à identidade. Esta consciência social afastou-se da tradicional ideia marxista de luta de classes como a motriz dos movimentos sociais. Os chamados Novos Movimentos alteraram essa lógica ao afirmarem que a inclusão/exclusão social passa por uma aceitação/discriminação identitária. É a construção de uma nova subjectividade na qual os aspectos expressivos são tão importantes quantos os instrumentais. A par desta redefinição surge a igualmente uma redefinição de Justiça / Injustiça e Ordem social, segundo Turner.

próprios socialmente reflexivos. Neste texto, interessam os riscos que põem em causa a segurança ontológica.

É neste contexto (ou serão os seus plurais?) que a identidade enquanto projecto, enquanto necessidade reflexiva ontológica, vai trilhando os seus passos, num tempo e espaço de escolhas aumentadas – mas talvez sem grande escolha afinal, como refere Norbert Elias usando a noção de *Obrigaçã*o, isto é, se um dos resultados do processo civilizacional ocidental foi um crescimento da independência dos indivíduos, vivida como liberdade e como necessidade, simultaneamente essa mesma liberdade de opção torna-se sinónimo de obrigação por optar. Giddens, ainda que de modo distinto, reconhece este estado quando se refere às estratégias e opções possibilitadas pelos sistemas abstractos, isto é, a acção encontra-se limitada por directrizes sistémicas.

As experiências de imigração podem, por isso, ser encaradas como *momentos decisivos* (GIDDENS, 2002), momentos que implicam o lançar-se para qualquer coisa de novo sabendo que o caminhar para trás, inverter o movimento será difícil ou mesmo impossível, momentos que provocam o surgimento de emoções, como o medo e a confiança³, principalmente ao entendermos essas experiências como rupturas radicais nas rotinas, causando ansiedades e medos, nos quais mesmo os aspectos mais firmes da personalidade podem ser alterados ou destruídos, e onde o risco de imigrar se encontra duplamente associado, quer a um cálculo confiante que depositam em possibilidades, trajectos futuros, e por outro lado, igualmente associado às contingências com que se vão deparando.

Neste texto, essas emoções de confiança e medo, irão ser analisadas na importância do seu alcance e impacto sobre a identidade distinta dos imigrantes, estabelecida em ambientes que parecem demonstrar a passagem de uma sociedade de inclusão para uma de exclusão⁴, para o que, segundo Jock Young (YOUNG, 1999) a insegurança ontológica é a expressão e resultado mais visível. Por isso, as vivências sociais de grupos para quem a lógica da inclusão parece por vezes labiríntica nos caminhos que desenha, exige da nossa parte algumas considerações associando as ideias de modernidade, racionalidade, controlo social, inclusão/exclusão, ideia de justiça, identidade e, claro está, emoções.

Fukuyama (FUKUYAMA, 1996) sugere que a quebra da confiança nos governos e instituições é caracterizada na passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação, resultando daí o rompimento de relacionamentos sociais, quebrando-se os laços estruturais anteriores, emergindo uma cultura do individualismo⁵ ou nas palavras de Lash, Cultura do Narcisismo (que adiante iremos referir) ou ainda o designado Processo de Personalização de Lipovestky, referindo este autor que, “(...) *a nova lógica das sociedades modernas (...) perante o descrédito dos valores e das instituições tradicionais convida o indivíduo a viver o já e vivê-lo intensamente - que leva à marginalização e à violência. Este resulta de actos extremos, desencantados, sem projecto, de grupos periféricos, de minorias que se vêem impossibilitados de atingir os novos valores sociais perante as condições reais em que vivem*” (LIPOVESTKY, 1988:30).

O que Elias descreveu como a contenção e autocontrolo das emoções e Lipovestky como vazio existencial, poderá ser analisado segundo a lógica da separação social entre razão e emoção. Vejamos.

Agnes Heller identifica a base social desta separação (no contexto do capitalismo moderno) na separação do trabalho remunerado da esfera doméstica. “*A transformação da família pré-capitalista, um local de actividade produtiva e de desempenho simbólico*

³ Referimos estas porque foram ao nível prático da investigação do Projecto as que mais se destacaram e surpreenderam a equipe de trabalho. Estas emoções surgiram no decorrer das entrevistas ou usadas – conscientemente ou não - para negar a participação nas mesmas. Levantou-se o Porquê.

⁴ O autor identifica esta mudança na passagem de uma sociedade fordista para uma de cariz neoliberal.

⁵ Manuel Castells fala do processo de profunda reestruturação que o capitalismo sofreu com a revolução informacional surgida nos EUA durante a década de 70. O novo modo produtivo informacional que reestruturou o capitalismo, tendo como matéria-prima o conhecimento (e por isso, diferente de todas as outras revoluções) afectou de igual modo o sujeito, alterando o seu ciclo de vida e as relações sociais (sociedade em rede), mencionando o triunfo do desejo individual.

colectivamente relevante, na família da sociedade de mercado, um domínio exclusivo de afectividade não instrumental ou «interioridade emocional», transformou também aquilo que é abrangido pela categoria de emoção» (BARBALET, 2001:88).

Esta separação criou o seguinte paradoxo: da mesma maneira que contribuiu para a emergência de novas necessidades, possibilidades e desejos na era do progresso, da industrialização e da metropolização, levando à emancipação do homem, controlando a natureza, por outro lado, fez nascer novos e fortes tipos de desigualdades.

Entrando num novo mundo que adivinhava a realização de doutrinas de igualdade, liberdade e justiça, a nova compreensão do mundo exigia simultaneamente uma nova compreensão do indivíduo. O individualismo que surgia situava-se em ideais de luta contra a hierarquização social e em nome da igualdade.

Contudo, como diz Castells, se Tocqueville observou democracia, Foucault e Sennett viram a“(...) *dominação interna e legitimação de uma identidade imposta, padronizadora e não diferenciada*” (CASTELLS, 2003:6), possibilitando ao Estado o controlo sem, aparentemente, exercer violência.

O processo de construção de cidadania iniciado nessa época foi acompanhado e é hoje mantido, por uma expansão dos aparelhos jurídico-políticos e por um conjunto de normas reguladoras do quotidiano do cidadão, legando, até hoje, características disciplinares ao estilo do pan-óptico bentiano⁶.

Por isso, o que deveria ter sido a participação activa (política em Tocqueville) dos indivíduos na organização de um novo mundo social, revelou-se antes um privilégio na mão de grupos concretos, que projectavam (projectam) narcisicamente a sua imagem sobre o resto da população – a mencionada cultura do narcisismo de Lash. É dito aos indivíduos (e a uns mais do que a outros) por inúmeras instituições – entre as quais a Justiça – e grupos sociais que organizam e modelam espaços e tempos sociais e identitários, como ser, como fazer e principalmente o que não ser e o que não fazer. São estes os espaços com os seus ritmos que promovem, à sua vez, inclusão (ou ilusão de inclusão) e exclusão.

Em sociedades vistas como individualistas e estando a lógica da inclusão, segundo Sennett e também Durkheim, dependente de um sentimento de coesão social, é fácil adivinhar os paradoxos que em si encerra.

João Ferreira de Almeida entende que esta problemática reflecte a contradição da realidade, encarada enquanto espaço portador de distribuições desiguais, sendo os recursos económicos os que mais fomentam a exclusão. A mesma ideia aparece em Bourdieu, na relação entre esperanças subjectivas e as possibilidades objectivas – nem todos os agentes sociais têm as mesmas possibilidades de ganho material e simbólico e as mesmas disposições para investir, sendo a questão fulcral o cruzamento das esperanças, desejos e aspirações com as condições objectivas de sobrevivência.

Por este motivo, a desigualdade económica e social é crucial quer na definição de espaços e tempos diferenciados de cidadania, quer na definição de tempos e espaços diferenciados de identidades e de sociabilidades. Contudo, entendemos (como aliás Ferreira de Almeida e Bourdieu) que a dimensão simbólica é outra importante esfera, pois a exclusão resulta igualmente de capacidades distintas de impor classificações e signos de comunicação.

Neste âmbito, tanto mais será interessante e intrigante o peso das emoções de medo e de confiança resultantes de todas estas consequências, se forem analisadas num sujeito concreto, o imigrante. Como com qualquer outro tipo social, poder-se-á observar o modo como a reflexão

⁶ Neste ponto, Stanely Cohen (COHEN, Stanley (ed.), 1995, *Punishment and Social Control*, Aldine de Gruyter, New York) fala das especificidades da maneira de exercer esse controlo nas sociedades industriais ocidentais, correspondendo a: a) aumento da intervenção do Estado nos assuntos do controlo do desvio; b) classificação científica do sujeito desviante; c) aumento da separação dos sujeitos tidos por desviantes (asilos, prisões, reformatórios, entre outros). Também Garland refere que na modernidade tardia houve uma verdadeira obsessão securitária, decorrente, em parte, de ansiedades surgidas das mudanças sociais, levando a uma maior intolerância. O surgimento de novos tipos de relacionamentos sociais, económicos e culturais, trouxe consigo um conjunto de riscos, inseguranças e problemas de controlo social.

sobre si próprio passa, inevitavelmente, pela reflexão dos grupos onde se encontra e onde estabelece novos relacionamentos sociais, passando de igual modo por uma reflexão sobre as novas instituições que orientam a possibilidade de agir e de ser.

Das inúmeras instituições sobre as quais a presente reflexão poderia incidir, retirámos a da Justiça. Como refere António Teixeira Fernandes, “*Se os indivíduos não se encontram em situação de igualdade em relação aos riscos de existência, impõe-se a reanálise da concepção de justiça*” (VIEGAS, 2000:181). E foi esse o exercício pedido à população em estudo. E aquele que nos propomos analisar. É que a análise dos discursos poderá permitir-nos compreender o modo como esses mesmos relatos representam uma existência vivida pelo risco de si e da visão do mundo onde circulam e suas instituições. Esse risco pode ser maior ou sentido como maior (em paralelo com outros grupos denominados como excluídos ou marginais) por duas vias: porque as instituições expandindo a sua racionalização de acção, criam imagens de Justiça cuja eficácia pode ser culturalmente distorcida e mal interpretada pelos imigrantes deve resultar na mesma ou melhor no controlo efectivo das respectivas identidades, e simultaneamente porque vão os próprios (re) construindo identidades numa interdependência com as posições sociais, económicas e simbólicas que ocupam.

Como refere António Pedro Dorés (segundo a linha de Foucault e de Garland), as prisões também existem fora dos muros penitenciários – precedendo e sucedendo esses muros na vivência no exterior e igualmente no interior de quem lá esteve ou não. Esses muros, institucionais, simbólicos, culturais, sociais e económicos reflectem-se em vários níveis, podendo servir como peça-chave quer para uma compreensão do processo de formação da modernidade e surgimento de seus valores e atitudes específicos, quer para construções identitárias específicas.

Assim, partimos da hipótese de que,

Os muros das prisões são institucionais mas também simbólicos, culturais, sociais e económicos, difundem, directa ou indirectamente, representações de Justiça e de identidades estigmatizadas, que influenciam as expectativas individuais e sociais relativamente a acesso a bens, serviços e posição social (dependendo da posição onde cada um se encontra). Esta lógica difusora é um dos mecanismos disposicionais de controlo mobilizado pela sociedade moderna.

Esta tensão entre as expectativas de vida e as condições reais de existência é constatada nas entrevistas realizadas aos imigrantes em Lisboa quando interrogados para definirem Justiça.

As expressões que demonstram esta tensão foram compiladas e organizadas em torno das expressões de Confiança e de Medo. Através da análise das suas expressões verbais esperamos poder compreender o modo com os entrevistados constroem, reorganizam e influenciam níveis de significado relativamente a relações concretas e simbólicas que mantêm com instituições e que irão interferir com a sua reconstrução identitária de migrante.

Antes de avançarmos, convém determo-nos um pouco sobre a questão específica das emoções, procurando explicitar por um lado, a sua pertinência na análise sociológica em geral (relembrando os momentos em que foi esquecida) e por outro lado, a sua importância para a presente análise.

Apesar da temática das emoções estar presente nas teorias sociológicas do século XIX, em autores como Tocqueville, Durkheim, Tönnies e Simmel, após esse período, as emoções, enquanto categoria explicativa sociológica, foram colocadas à margem. Esta expulsão foi coincidente com a ascensão da razão enquanto forma de explicação e de organização social. Quando pressuposta, a emoção, era meramente entendida como o factor que se oponha à razão.

Barbalet na análise referente a esse período menciona que, “*Os analistas sociais não se expressam necessariamente através de vocabulário político. Mas a relevância de uma*

terminologia das emoções na sociologia do século XIX e início do XX está em consonância com as emoções que os próprios investigadores viveram durante um período histórico de multidões insubordinadas, massas urbanas e transformações económicas, políticas e sociais” (BARBALET, 2001:31).

Com a aparente acalmia destes condicionalismos (regulação da economia, da política e das populações) no final da Primeira Guerra Mundial, cresceu um sentimento de uma ordem social menos apaixonada e mais racional e por isso, impessoal. Neste terreno surge um novo tipo de acção social – a racional – e consigo a estigmatização e abandono da emoção.

A Sociologia tornou-se, ela própria, racional ou racionalizada, bastando relembrar mais recentemente os trabalhos de Parsons⁷ que se tornaram num caso paradigmático em termo das convenções sociológicas que foram estabelecidas e que foram sendo mais tarde, lentamente, reavaliadas, principalmente a partir da década de 70 do século passado, principalmente através dos contributos teóricos de Kemper, Hochschild e Denzin, que edificando formulações distintas causaram um novo debate: emoção como consequência de processos culturais e cognitivos e emoção como consequência de processos socioestruturais e relacionais.

É defendido na abordagem construcionista que as emoções são afirmações estratégicas avaliativas a sistemas locais de significado.

Sendo verdade para Barbalet que a expressão emocional encontra-se sujeita a variações de socialização, valores e normas predominantes num dado espaço e tempo, a ideia de que existem aquilo a que Hochschild designou por ‘regras de sentimento’ numa dada cultura e que as emoções socialmente importantes podem ser sujeitas a modificações através do ‘trabalho das emoções’ (Hochschild), deve ser encarada, para este autor, com algumas restrições, na medida em que as regras culturais ou são demasiado vastas ou demasiado contraditórias para funcionarem enquanto modelos.

Por isso, o autor prefere sustentar a ideia de que as mudanças emocionais decorrem de um conjunto de processos, muitos deles, resultantes das dinâmicas estruturais das emoções.

Seguindo essa linha (de que propriedades estruturais determinam experiências emocionais concretas), iremos analisar as emoções dentro das relações estruturais de poder e de status que as desencadeiam. Por isso, ao analisarmos medo e confiança, iremos compreender como é que estando elas envoltas em relacionamentos concretos e simbólicos com a Justiça, operam nas relações sociais e, por isso, na identidade do indivíduo.

Para explicitar melhor a abordagem por que optámos, teremos de entender os seus pressupostos, sendo o principal, a ideia de que a experiência individual da emoção deve ser enquadrada na ideia de que parte de um contexto social específico, sendo que esta noção edifica-se em torno da ideia de emoção como fenómeno social.

Assim, poder-se-á pressupor que as emoções conceptualizadas ao nível das relações de poder de participação (ou na sua ausência), podem ser consideradas como um tipo particular de experiência com um relacionamento complexo com a estrutura social. Primeiramente, porque essas emoções são inerentes às relações estruturais de uma dada sociedade (incluindo desigualdades, exclusões); em segundo, porque dão origem a acções que irão variar conforme as emoções; por fim, porque essas acções atingem a estrutura social quer reforçando resultados, atitudes, relacionamentos, representações, quer levando a modificações dos mesmos.

As emoções de confiança, medo

⁷ A emoção é analisada nas instituições primárias mas expulsa das instituições secundárias. Encarada enquanto elemento desorganizador dos processos sociais, será ainda mais demonstrativo a ideia de que devido à impossibilidade de coordenar o sistema normativo de expectativas e o sistema normativo de interacções, a tensão resulta como reacções de ansiedade, hostilidade, fantasia e que visto serem as tensões predominantemente emoções que perturbam a ordem ou levam a um afastamento desta, o controlo deve ser dirigido a todos os elementos desta estrutura motivacional, encontrando-se uma permissividade limitada em relação a tipos de expressão emocional que seriam considerados tabu na vida quotidiana normal.

A experiência emocional para além de incluir um elemento cognitivo de avaliação da situação na qual ocorre, em termos da sua relevância para o sujeito, inclui também, um elemento de disposição no qual existe a preparação das reacções comportamentais para a situação. Estas duas componentes foram descritas como as funções da emoção. Contudo, nem todas as explicações da emoção se referem a ambas.

As teorias que se centram no modo com as pessoas gerem as suas emoções, reconhecem a dimensão cognitiva, tendendo a ignorar a da disposição. Outras, reconhecendo que as emoções são passíveis de serem abolidas ou aumentadas socialmente, realçam o facto de que a emoção implica uma transformação na relação do sujeito com o mundo através da experiência.

As componentes cognitivas e disposicionais podem ser assinaladas na confiança. O elemento cognitivo implica imagens ou projecções do eu e crenças quanto ao futuro; o aspecto disposicional refere-se às inclinações para o imediato com base nessas mesmas imagens, projecções e crenças. Ambos os aspectos são essenciais para a acção.

O sentimento de confiança surge no indivíduo fruto da sua aceitação e reconhecimento numa dada relação, encorajando-o, conseqüentemente a participar em interacções futuras. A confiança tem, assim, uma profunda base relacional.

Mencionamos ainda a respeito da importância da análise da Confiança, o trabalho de Giddens na sua aplicação aos sistemas periciais e na aplicação na segurança ontológica.

Assim, a confiança nos sistemas abstractos é influenciada pelas experiências, assim como pelas actualizações do conhecimento (carácter reflexivo do mesmo) através dos meios de comunicação social e de outras fontes, sendo que as más experiências podem levar quer a um afastamento ao sistema ou reforçar os mesmos. Em termos individuais, a confiança entra na segurança ontológica como forma de sentimento de segurança que envolve uma ideia de continuidade da auto-identidade e simultaneamente na continuidade dos ambientes sociais e materiais envolventes.

Passemos agora ao medo.

Pensamos que não é necessariamente uma emoção incapacitante⁸, pois poderá levar, por exemplo, à compreensão de onde residem os interesses do actor, apontando na direcção do que pode ser feito para os alcançar. Por isso, e devido a isso, a importância do medo para a constituição do interesse e direcção da acção é manifesta para um entendimento do comportamento social.

Se é verdade que medo e esperança se implicam entre si, como referiu Espinosa, afirmando que as expectativas negativas são estruturadas por possibilidades positivas e vice-versa, contudo, os medos e vulnerabilidades do sujeito numa relação, constituem um imperativo para ele considere as suas opções e um incentivo para efectuar essas mudanças que mais servem os seus interesses.

Embora o conceito de medo detenha um lugar em explicações de mudança social e política, o modo como é discutido em termos dos seus aspectos construtivos nos processos sociais é quase totalmente ignorado, para além do mais que muitas das vezes, e de acordo com Barbalet, a sua contribuição para a motivação, disposição e comportamento individual é tipicamente descrita como sentimento de impotência.

Por isso, procuraremos demonstrar que o medo pode ser considerado como uma força dinâmica nas relações sociais.

Existem ainda outros dois conceitos que merecem algumas linhas: o de medo social e de clima social.

O medo para além de social na medida em que os seus objectos são sociais – por exemplo, o medo do desemprego – é também social no sentido de ser sentido e partilhado por membros de grupos específicos. Relativamente à noção de clima emocional, este é encarado como o conjunto de emoções que não são apenas partilhadas por grupos de indivíduos envolvidos em estruturas e processos sociais análogos, mas que também são significativos no seu comportamento. Para além de identificar o meio socioemocional do indivíduo, também

⁸ A visão convencional do medo de que inibe a acção e evita a mudança em vez de a orientar, tem a sua expressão na caracterização clássica de Darwin.

aponta ou orienta-o contra ou em direcção a, aqueles que se encontram fora desse meio para quem essas emoções podem ser dirigidas.

Concluindo, vemos então que as emoções fornecem informações sobre as relações que o indivíduo estabelece com os outros, com os objectos, os acontecimentos e consigo próprio, num, por vezes profundo, sentimento de expectativa.

Por isso, o peso do medo e da confiança na reconstrução da identidade dos imigrantes entrevistados, será entendido quer na perspectiva temporal quer na ideia de que as suas identidades, como de resto a de todos os demais (apesar de já termos descrito que as condições em que se encontram causam um impacto mais ambíguo, digamos assim), constroem-se, numa época de globalização, em múltiplas coordenadas, quer geográficas quer interactivas, onde se deparam com inúmeros agentes de socialização, que na maior parte das vezes desempenham um papel de conflito, em choque com os seus valores e com imagens de si.

Dito isto, a noção de (re) construção identitária assentará na ideia de que a sociedade e suas instituições (a Justiça aqui), impõem identidades mas que, como referem Castells e Dubar, essa imposição só funcionará se os indivíduos as sentirem e as interiorizarem⁹ – processo de socialização – pressupondo uma construção específica de realidade. Será também importante ter em atenção que a realidade é para estes indivíduos em particular, um campo de conflitos e de possibilidades.

Estando o presente texto enquadrado no Projecto, *Prisão de não-nacionais em Portugal*, coordenado pelo Professor António Pedro Dores (CIES/ISCTE), e encontrando-se o mesmo a decorrer, selecionei para a comunicação a apresentação de quatro entrevistas realizadas a imigrantes romenos (três homens e uma mulher). A sua análise incidirá na tentativa de responder à hipótese inicialmente colocada. Por isso, a conclusão ainda não poderá ser apresentada.

Bibliografia

- BAPTISTA, Luís Vicente, CORDEIRO, Graça (2002), “Reflexões socioantropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures” in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 40, pp.23-41
- BARBALET, J.M. (2001), *Emoções, Teoria Social e Estrutura Social – Uma abordagem Macrossocial*, Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa
- BAUMANN, Zygmunt (1995), *Life in Fragments – Essay in Postmodern Morality*, Blackwell, Inglaterra, pp.139-162
- BECK, Ulrich, “From Industrial Society to Risk Society: Questions of survival, Social Structure and theological Enlightenment” in *Theory, Culture and Society – explorations in Critical Social Science* (1992), Sage Publications, Londres, vol.9, nº1, pp.106-113
- FERNANDES, António Teixeira, “O Estado na construção da cidadania em sociedades de exclusão” in VIEGAS, José Manuel, DIAS, Eduardo Costa (2000), *Cidadania, Integração, Globalização*, Celta Editora, Oeiras, pp.161-185
- FUKUYAMA, Francis (1996), *Confiança – Valores sociais e Criação de Prosperidade*, Gradiva, Lisboa
- GIDDENS, Anthony (1999), *O Mundo na Era da Globalização*, Editorial Presença
(2002), *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras

⁹ Dubar refere a conjugação da construção identitária sustentada por dois processos de produção de identidade: o processo biográfico (identidade pelo self) e o processo relacional, sistemático e comunicacional (identidade pelo outro)

- GREENWOOD, John D. (1994), *Realism, identity and Emotion – Reclaiming Social Psychology*, Sage publications, Londres, pp.102-178
- LIPOVESTKY, Gilles (1988), *A Era do Vazio – Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Relógio D'Água, Coleção Antropos, Lisboa
- OATLEY, Keith, JENKINS, Jenniffer M. (1998), *Compreender as Emoções*, Instituto Piaget, Lisboa
- PUHLE, Hans-Jurgen, “Cidadania e Estado-Nação” in VIEGAS, José Manuel, DIAS, Eduardo Costa (2000), *Cidadania, Integração, Globalização*, Celta Editora, Oeiras, pp.25-35
- SOUSA, Ronald, “The Rationality of Emotions” in OKSENBERG, Amélie (1980), *Explaining Emotions*, Berkeley, University of California Press, Estados Unidos da América, pp.127-151
- VIEGAS, José Manuel, DIAS, Eduardo Costa, “Globalização e Novos Horizontes da Cidadania” in VIEGAS, José Manuel, DIAS, Eduardo Costa (2000), *Cidadania, Integração, Globalização*, Celta Editora, Oeiras, pp.1-24
- WATERS, Malcolm (1999), *Globalização*, Celta Editora, Oeiras
- WILLIAMS, Simon (2001), *Emotion and Social Theory*, Sage Publications, Inglaterra